

# OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA SEMIPRESENCIAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Gabriely Késia de Oliveira Loa<sup>1</sup>  
Emanoel Lucas dos Santos Silva<sup>2</sup>  
Sonalia Vitoria Lourenço de Sá<sup>3</sup>  
Raquel Leão de Bastos<sup>4</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa visa analisar dentro da modalidade semipresencial da Educação de Jovens e Adultos (EJA) os desafios enfrentados na prática docente do ensino de História, pois acreditamos que o ensino de História deve ser mediado no sentido de promover a formação do pensamento crítico assim como levar em consideração o conhecimento de mundo dos discentes para alcançar o protagonismo do conhecimento histórico associado a realidade do aluno. Dessa forma, convém refletir essa problemática a partir da trajetória que modalidade voltada para a educação de jovens percorreu a qual se vincula ao contexto político do país e as políticas públicas implementadas por cada governo. Isso porque, convém analisar como a conjuntura política do país reflete na educação básica especialmente na Educação de Jovens e Adultos uma vez que o analfabetismo que permeava em mais da metade da população brasileira na década de 1940 era considerado um entrave quanto ao crescimento econômico do Brasil visto uma grande parcela da massa trabalhadora que se encontrava fora da faixa etária escolar e por essa razão se via impossibilitada de ingressar no mercado formal de trabalho. Além disso, faz se necessário compreender como ocorre a implementação do sistema semipresencial na educação de jovens e adultos o qual tem como principal justificativa a flexibilidade oferecida ao educando quanto ao processo de ensino e aprendizagem. Ademais, faz mister problematizar as dificuldades enfrentadas pelos professores quanto o exercício da prática docente que vise promover o ensino da disciplina História nos anos finais do ensino fundamental II dentro da modalidade supracitada. Para a construção desse artigo utilizaremos o trabalho SOARES (1998) intitulado A Política de Educação de Adultos: a campanha de 1947 analisa a primeira campanha nacional de educação de adultos no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino de Jovens e Adultos, Desafios, Ensino de História, Semipresencial.

## INTRODUÇÃO

No Brasil o campo da educação é marcado por muitas divergências e convergências entre as propostas e os contextos sobretudo quando pensamos no cenário político o qual estava

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, gabriely.kesia@estudante.ufcg.edu.br;

<sup>2</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, emanoel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

<sup>3</sup> Graduada pelo Curso de Filosofia da Faculdade Católica da Paraíba – FAFIC, sonaliavitoria81@gmail.com;;

<sup>4</sup> Orientadora: Raquel Leão de Bastos: Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, leaodebastos@gmail.com

ocupado em sua maioria pela elite letrada. Por outro lado, grande parte da população brasileira que compunha a massa de trabalhadores do país era composta por pessoas analfabetas. Assim, as funções ocupadas por esses trabalhadores em grande parte das vezes condiziam com o nível de escolaridade que os mesmos possuíam.

Conquanto, em virtude das exigências do mercado o qual buscava por mão de obra qualificada. Assim, o alto índice de analfabetismo passou a ser visto com entrave quanto ao desenvolvimento econômico do país era, portanto, necessário modificar tal situação por meio de iniciativas que objetivassem a recomposição de aprendizagem por meio da alfabetização voltada sobretudo para aqueles que se encontravam fora da faixa etária proposta pela modalidade regular.

Nessa perspectiva, muitas campanhas voltadas para a educação de jovens e adultos se espalharam entre as regiões do país, principalmente a região nordeste. A região foi celeiro de experiências de campanhas de Educação Popular, principalmente de educação de adultos devido os seus elevados índices de analfabetismo<sup>5</sup>. Dessa forma, diante de tais problemáticas buscamos compreender como como as propostas para o campo da educação popular em especial a modalidade voltada para os Jovens e Adultos dialogou com o contexto político do país.

Tal pesquisa, amparou-se em uma metodologia voltada para a revisão de literatura buscando obras a exemplo do artigo José Leôncio Gomes Soares intitulado A Política de Educação de Adultos: a campanha de 1947 para compreendermos o contexto em que muitas dessas campanhas ocorreram. Ademais, a própria Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) nos auxiliou a compreender como os atuais objetivos da EJA na atualidade.

## **A IMPLEMENTAÇÃO DA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**

A preocupação do com a alfabetização e a Educação dos Jovens e Adultos no Brasil deu os seus primeiros passos ainda no período colonial com a chegada dos missionários da Companhia de Jesus uma ordem religiosa pertencente a Igreja Católica os chamados padres jesuítas os quais objetivavam promover a catequização através da evangelização e das escolas eliminares e secundárias espalhados pelo Brasil. Conquanto, no século XVIII após a expulsão

---

<sup>5</sup> GOMES, Manuel Messias. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto dos alunos dessa modalidade. **Educação Pública**, 2001. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessa-modalidade>. Acesso em 26/09/2023.

dos jesuítas o processo de alfabetização voltado para os adultos começou a entrar em decadência.

No final da República Velha e mais especificadamente no início do Governo Provisório da chamada Era Vargas em 1930 decorrente de muitas discussões a Educação de Jovens e Adultos volta a ser destaque no cenário nacional uma vez que esse contexto é marcado por intensas disputas ideológicas que perpassaram as áreas políticas, econômicas e educacionais.<sup>6</sup> No cenário mundial, principalmente na Europa vivenciava-se a ascensão de regimes políticos de caráter autoritário fascismo na Itália, Stalinismo na Rússia e Nazismo na Alemanha (Palma Filho, 2005, p.5).

A realidade política da Europa acabou influenciando a política do Brasil com a homogenia de dois grandes grupos no cenário político a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) essa rivalidade adentra o campo da educação uma vez que ambos rivalizam no que diz respeito as propostas acerca do ensino. De forma geral, o então projeto nomeado de Escola Nova visava a obrigatoriedade do ensino, a gratuidade desse mesmo ensino assim como estabelecer um currículo laico nas escolas e implementar no sistema educacional adoção de um currículo que atendessem ambos dos sexos, ou seja, meninos e meninas estudariam na mesma sala de aula.<sup>7</sup>

Em seguida, em 1934 o Plano Nacional de Educação (PNE) implementa o ensino primário gratuito e a frequência obrigatória. Inúmeras discussões que permeavam o cenário educacional brasileiro se colocavam em grande parte como críticos do analfabetismo em adultos uma problemática que persiste até os dias atuais, mas se perpetuava de forma muito mais grave nesse período onde apesar da instituição da gratuidade e da frequência obrigatória nas instituições educacionais na prática havia a existência de muitos entraves quanto a consolidação de um acesso democrático a essas instituições.

Em 1947 ocorre a primeira Campanha Nacional de Educação popularmente conhecida como campanha do ensino supletivo. O objetivo da campanha era ampliar o número de salas de aulas destinadas aos adolescentes e aos adultos uma vez que havia aproximadamente 2000 mil salas de aulas destinadas a essa modalidade em todo país. O número de salas de aulas era

---

<sup>6</sup> A criação do ministério da saúde e da educação abriram o caminho para uma série de reformas sobretudo no âmbito educacional.

<sup>7</sup> PALMA FILHO, J.C A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: A Era Vargas. **Pedagogia Cidadã. São Paulo**, V. 3, p. 1-19, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em 05/10/2023.

inferior ao número de alunos isso porque de acordo com o recenseamento de 1940 mais da metade da população brasileira se enquadrava no quadro de analfabetismo.<sup>8</sup>

O analfabetismo poderia comprometer a entrada desses indivíduos no mercado formal de trabalho. Portanto, seria necessário estabelecer através da educação mecanismos que auxiliassem na recuperação da massa trabalhadora que se encontrava incapacitada de adentrar no mercado formal de trabalho<sup>9</sup>. No início a campanha cultivou suas propostas com um clima de entusiasmo. Entretanto, entre os anos de 1951 a 1954 a iniciativa do governo de alfabetizar aqueles que encontravam fora da faixa etária sofreu um declínio em virtude da ausência de voluntários para realizar as atividades.

Além do mais, a execução das metas pelos governos estaduais praticamente não era percebida e a qualidade do ensino oferecido era precária. Vale ressaltar que em 1949 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o seminário interamericano voltado para a educação de jovens e adultos.

Uma das tarefas da Unesco era a de fomentar a educação fundamental, enquanto o mínimo necessário de educação para a população adulta. Baseado neste conceito, foram desenvolvidas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no Brasil e, no caso mexicano, a *Campaña Nacional pro alfabetización*, entre 1947 e 1963. Os princípios da educação fundamental se fizeram conhecidos, especialmente, com a realização do VI Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, realizado no Hotel Quitandinha, Petrópolis, Rio de Janeiro, de 27 de julho a 2 de setembro de 1949. Nessa ocasião se fizeram presentes diversas referências intelectuais em matéria de educação de adultos. (Nery, Mesquita, Silva, 2021, p.4)

Por volta de 1960 eclode o Movimento da Educação de Base (MEB) criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) o qual possuía o objetivo de realizar o desenvolvimento dos programas de educação básica através de escolas radiofônicas. Para isso, a CNBB colocava a disposição do Governo Federal a rede de emissoras católicas e se comprometia a fazer o uso adequado dos recursos públicos destinados a esse programa.

Para essa tarefa, todavia, os instrumentos primeiros do MEB eram por demais tímidos. O conteúdo da educação de base, tal como sintetizado em seus primeiros documentos, era impossível de ser desenvolvido nos limites da escola radiofônica, mesmo contando-se com a grande penetração do rádio no meio rural. O programa corria o

---

<sup>8</sup> SOARES, Gomes José Leôncio. A Política de Educação de Adultos: a campanha de 1947. Em Educação Revista, Belo Horizonte, n° 28, P, 51-62, 1998. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n28/n28a06.pdf>. Acesso em 15/10/2023.

<sup>9</sup> SOARES, Gomes José Leôncio. A Política de Educação de Adultos: a campanha de 1947. Em Educação Revista, Belo Horizonte, n° 28, P, 51-62, 1998. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n28/n28a06.pdf>. Acesso em 15/10/2023.



risco de ser mais uma campanha de alfabetização – o que justificaria por si só o apoio do Estado – e um novo meio de catequese – o que satisfaria aos bispos e ao clero. Algumas aulas de saúde e associativismo, e a divulgação de procedimentos técnicos relativos à agricultura e iniciativas junto às comunidades completariam um programa de massa. (Favero, 2010, p.3)

Para não se perder da proposta inicial buscou realizar a reelaboração para o conceito de educação básica o qual deixava claro que o processo educativo deveria promover a autoconscientização das massas assim como valorizar a consciência que crítica que um indivíduo possui acerca da sua realidade.

Portanto o processo de implementação e funcionamento das escolas radiofônicas receberam uma nova orientação, pois era necessário manter o projeto independente das paróquias. Assim, a iniciativa passou a contar com associação dos sindicatos rurais que visavam estabelecer novas linhas de políticas pedagógicas para a efetivação dos projetos.

Nesse contexto, foi produzido um conjunto de materiais didáticos intitulado *Lutar e viver* fato que impulsionou muitas discussões sobretudo a partir de abril de 1964 em virtude do golpe civil-militar que instaurou uma ditadura no Brasil. Nesse período, eclodiram muitas denúncias acerca do caráter político do movimento levando uma série de repressões.

Em 1964 e 1965, apesar das pressões e, sobretudo, da insegurança das verbas federais, e cedendo em alguns pontos, o MEB conseguiu sobreviver: redefiniu as aulas e os programas radiofônicos; preparou outro conjunto didático, designado Mutirão, no qual o conceito de conscientização foi substituído por cooperação; passou a investir diretamente nas comunidades, no processo definido como de animação popular. (Favero, 2010, p.7)

Portanto, o movimento redefine suas propostas pedagógicas para se adaptar as exigências do governo militar. Ademais, durante o governo militar mais especificadamente em 1967 é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização o qual tinha o objetivo de promover a alfabetização aplicada a educação continuada. Em 1970, a Lei nº 5.692/71 das Diretrizes de Base da Educação (LDBEN) institui o ensino supletivo e suas respectivas finalidades. Todavia, em 1996 é elaborada uma nova Lei de Diretrizes de Base nº 939/96 entre as reformulações dessa lei consta alterações quanto ao direito dos jovens e adultos trabalhadores a educação.

Art. 37. A educação de Jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrução para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, LDB, 9394/1996).



Em 2003 é estabelecido o programa PROJOVEM cujo o objetivo era alavancar a educação dos jovens que não haviam conseguido concluir o ensino fundamental na modalidade regular. No ano de 2007 com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) reascende as discussões em torno do “adulto analfabeto” visto que, o analfabetismo é encarado como um problema diante constantes renovações que a sociedade passa sobretudo com a adesão das tecnologias da informação.

Isso porque, o analfabetismo impossibilita uma melhor qualidade e dignidade de vida ao indivíduo por se tornar uma barreira quanto a sua inserção formal no mercado de trabalho. É nítido que a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada pela insuficiências das políticas públicas as quais almejavam diante das suas fragilidades cumprir as normativas da Constituição Federal de 1988 conhecida como Constituição Cidadã a qual assegura a educação como um direito de todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL, Ministério da Educação da Cultura e do Esporte, 1988)

Faz parte da história política do Brasil colocar-se como um país onde o acesso a educação deve ser um direito garantido a todos constitucionalmente. Conquanto, ao analisarmos a trajetória percorrida na modalidade voltada para a Educação de Jovens e Adultos fica visível que a teoria deturpa a prática uma vez que a evasão escolar ainda é uma realidade presente nos ambientes educacionais brasileiros associado na maioria dos casos ausência de profissionais qualificados para atuar nas respectivas áreas de ensino, a péssima remuneração que é oferecida aos mesmos assim como a infraestrutura precária das escolas.

## **A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO Á DISTANCIA**

O híbrido popularmente conhecido como ensino semipresencial é uma modalidade educacional que combina elementos do ensino presencial com o ensino a distância. Conquanto,

inúmeras definições são aplicadas quando pensamos em educação semipresencial. Uma das características da modalidade semipresencial consiste na flexibilidade que a mesma oferece quanto a questão do ensino e da aprendizagem. Inicialmente, o objetivo facilitar o acesso daqueles eram economicamente mais vulneráveis ao sistema formal de ensino.<sup>10</sup>

De acordo com o trabalho de Márcio Mugnol professor da faculdade internacional de Curitiba (FACINTER) intitulado a Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos, durante muito tempo a os cursos que se enquadram na modalidade EAD sofreram com o preconceito e conseqüentemente com o estigma por parte da sociedade. Isso porque, essa modalidade de ensino voltava-se sobretudo para as massas populares. Fato que, corroborou para que esse sistema passasse por discriminação<sup>11</sup>.

O avanço do sistema de Educação a distância vai se desenvolvendo a medida que novos meios tecnológicos vão surgindo ao passo que vão sendo democratizado como o telegrafo, o rádio, as televisões, os computadores, os celulares entre outros. Todavia, um dos marcos responsáveis por consolidar o sistema de educação á distancia no mercado educacional a criação da Universidade Aberta (Open University) no ano de 1970 em Londres na Inglaterra. O modelo adotado pela universidade inglesa foi adotado também em outros países como França.

Em 1970 surgiu também um movimento de pesquisadores e teóricos em educação que tinham o objetivo de estabelecer uma discussão teórico-metodológica acerca da Educação a distância entre esses autores convém citar Michael Moore o qual desenvolveu o modelo de transação cujo enfoque seria as interações estabelecidas entre alunos, professores, matérias de ensino e ambiente como também a importância do diálogo no processo.

Outros estudiosos como Belloni entendem que:

A educação a distância surge nesse quadro de mudanças como mais um modo regular de oferta de ensino, perdendo seu caráter supletivo, paliativo ou emergencial, e assumindo funções de crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial (ensino superior regular), seja na formação continuada, cuja demanda tende a crescer de modo exponencial, em virtude da obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. (Idem, p. 139 apud Rabelo)

Ademais, a definição do que seria a educação semipresencial ainda é uma discussão muito abrangente no campo do ensino. Entretanto, é importante salientar que o sistema de ensino á distancia dialogam com o contexto de transformações, econômicas, políticas e sociais

---

<sup>10</sup> Vermelho, Sonia Cristina. Moore, Michael G; Kearsley Greg; Educação á distancia, sistemas de aprendizagem, on-line. **Cengage Learning**, São Paulo, ed. 3, p.1-6, 2013.

<sup>11</sup> Prosevi, José Roberto. Educação á Distancia uma abordagem da teoria de estudo independente. **Contrapontos**, ano.1, n° 1, Itajai, jan/jun de 2001.

no qual ele esteve inserido. Com o avanço da tecnologia era necessário possuir uma mão de obra cada vez mais especializada e que atendesse as exigências do mercado. Dessa forma, o sistema de ensino popularmente conhecidos como EAD viabilizariam esse processo sobretudo para aqueles mais abastados financeiramente, ou seja, a maioria das massas populares.

## **OS DESAFIOS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO SISTEMA SEMIPRESENCIAL**

A modalidade de educação voltada para os Jovens e Adultos popularmente conhecida como EJA por si só já denota um espaço o qual muitos desafios são enfrentados diariamente. Assim, no exercício da prática docente pode-se empecilhos como falta de material didático adequado para cada faixa etária, a evasão escolar, a baixa autoestima dos profissionais acompanhados pelas normativas institucionais corroboram com a manutenção de quadros de defasagem nos processos vinculados ao ensino e aprendizagem de tal modalidade.

[...] os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não acorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais. (Di Pierre, 2010, p.35 apud Pocarro, 2011, p.41)

Vale lembrar, que a modalidade em questão é voltada para o público que se encontra fora faixa etária fato que o torna o processo de ensino e aprendizagem ainda mais específicos devido ao público que a modalidade atende como bem lembra a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB, 1996).

A educação de jovens e adultos será destinada áqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Brasil, 1996).

Dessa forma, metodologias e sistemas de ensino tem o papel de atender de forma especializada o público para o qual esse campo educativo é direcionado. Fato que nem sempre é possível em virtude dos entraves mencionados anteriormente. Portanto, com intuito de tornar



o processo de ensino e aprendizagem direcionado a EJA foi autorizado no Brasil no ano de 2004 pelo Ministério da Educação (MEC) o ensino semipresencial o qual passou a ser inserido como modalidade regular o qual vem ganhando inúmeros adeptos gradativamente.

Todavia, apesar da modalidade semipresencial objetivar a flexibilidade para o aluno e para o professor ele não solucionou os quadros de evasão que permanecem com altos índices nessa modalidade. Assim, nos faz questionar quem está tendo o acesso aos meios que possibilitam o ensino semipresencial? Como os poderes públicos podem criar meios para solucionar o problema?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas que dizem respeito a educação no Brasil estão vinculadas ao contexto político que o país estava vivenciando. Vale lembrar que, constitucionalmente o Brasil é um país que assegura inúmeros direitos ao corpo docente e aos alunos sobretudo quando pensamos nos alunos da rede pública de ensino, e neste caso, os que estão inseridos dentro da modalidade EJA.

Assim, à medida que as novas tecnologias foram ganhando espaço no mercado os sistemas de ensino também buscaram se adaptar às exigências do novo contexto. Com o intuito de promover um processo de ensino e aprendizagem democráticos ao público que a EJA atende o MEC aprova em 2004 a implementação do ensino semipresencial o qual apesar de flexível não demonstra eficácia quanto aos quadros de evasão que permanecem altos.

## REFERÊNCIAS

VERMELHO, Sonia Cristina. Moore, Michael G; Kearsley Greg; Educação á distancia, sistemas de aprendizagem, on-line. **Cengage Learning**, São Paulo, ed. 3, p.1-6, 2013.

PROSEVI, José Roberto. Educação á Distancia uma abordagem da teoria de estudo independente. **Contrapontos**, ano.1, n° 1, Itajai, jan/jun de 2001.

PALMA FILHO, J.C A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: A Era Vargas. **Pedagogia Cidadã. São Paulo**, V. 3, p. 1-19, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em 15/10/2023



GOMES, Manuel Messias. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto dos alunos dessa modalidade. **Educação Pública**, 2001. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessa-modalidade>. Acesso em 22/10/2023